



Revista Alcance

ISSN: 1413-2591

alcance@univali.br

Universidade do Vale do Itajaí

Brasil

MORITZ DA SILVA, FLORA; DE MELO, PEDRO ANTÔNIO; ORNELAS SILVA, JULIO
EDUARDO; MORAES RAMOS, ALEXANDRE
COMPROMISSO SOCIAL E EXTENSÃO: A PRÁTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA

Revista Alcance, vol. 21, núm. 1, enero-marzo, 2014, pp. 77-97

Universidade do Vale do Itajaí

Biguaçu, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=477747162005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

**COMPROMISSO SOCIAL E EXTENSÃO:
A PRÁTICA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SANTA CATARINA**

*SOCIAL COMMITMENT AND EXTENSION: THE
PRACTICE OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF SANTA
CATARINA*

*COMPROMISO SOCIAL Y EXTENSIÓN: LA
PRÁCTICA DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE
SANTA CATARINA*

**Revista ALCANCE
Eletrônica**

ISSN: 1983-716X

Disponível em: www.univali.br/periodicos

v. 21; n. 01

Jan./Mar.-2014

Doi: [alcance.v21n1.p77-97](https://doi.org/10.1590/alcance.v21n1.p77-97)

Submetido em: 23/08/2013

Aprovado em: 19/02/2014

**FLORA MORITZ DA SILVA¹ | PEDRO ANTÔNIO DE MELO²
JULIO EDUARDO ORNELAS SILVA³ | ALEXANDRE MORAES RAMOS⁴**

RESUMO

Por compreender a importância da prática da responsabilidade de uma universidade para com seu entorno, este artigo objetiva identificar projetos de extensão com destacado compromisso social na UFSC. Foram entrevistados membros da Câmara de Extensão para levantar os principais projetos, que após a análise dos dados, observou-se que a universidade desenvolve várias ações de extensão que agregam compromisso social. Todos os Centros têm, pelo menos, uma de destaque, entretanto, a extensão ainda não tem tanta visibilidade quanto o ensino e a pesquisa, necessitando maior reconhecimento, consciência da comunidade universitária e incentivos para que as funções se tornem realmente um tripé. Ainda que nem toda a extensão seja uma ação de compromisso social, há projetos que incorporam o sentido de transformação social, de emancipação dos sujeitos. A UFSC, portanto, desenvolve diversas ações importantes para a sociedade, mas tem espaço para realizar muito mais.

Palavras-chave: Gestão Universitária. Compromisso Social. Responsabilidade Social. Extensão Universitária.

ABSTRACT

In view of the importance of the practice of responsibility of a university to its surroundings, this article aims to identify extension projects with highlighted social commitment at UFSC. Members of the Extension Committee were interviewed, to investigate the main projects. After analyzing the data, it was noted that the university develops various extension

1 Doutoranda, Universidade Federal de Santa Catarina, floramds@gmail.com

2 Doutor, Universidade Federal de Santa Catarina, pedro.inpeau@gmail.com

3 Doutoranda, Universidade Federal de Santa Catarina, julioornelas@yahoo.com.br

4 Doutor, Universidade Federal de Santa Catarina, amrrms@gmail.com

activities that add social commitment. Each Center has at such activity of note. However, the extension activities still do not have as much visibility as teaching and research, requiring more acknowledgment, awareness of the university community, and incentives, so that the functions really become a tripod. Although not all extension activities involve social commitment, there are projects that incorporate the sense of social transformation, and emancipation of the subjects. UFSC therefore develops several important actions for the society, but has room to accomplish much more.

Keywords: University Management. Social Commitment. Social Responsibility. University Extension.

RESUMEN

Por comprender la importancia de la práctica de la responsabilidad de una universidad para con su entorno, este artículo tiene como objetivo identificar proyectos de extensión con destacado compromiso social en la UFSC. Fueron entrevistados miembros de la Cámara de Extensión para listar los principales proyectos, y tras el análisis de los datos se observó que la universidad desarrolla varias acciones de extensión que agregan compromiso social. Todos los Centros tienen al menos una acción de destaque, aunque la extensión todavía no tiene tanta visibilidad como la enseñanza y la investigación, y necesita mayor reconocimiento, conciencia de la comunidad universitaria e incentivos para que las funciones se conviertan realmente en un trípode. Aun cuando no toda la extensión sea una acción de compromiso social, hay proyectos que incorporan el sentido de transformación social, de emancipación de los sujetos. La UFSC, por lo tanto, desarrolla diversas acciones importantes para la sociedad, pero tiene espacio para realizar mucho más.

Palabras clave: Gestión Universitaria. Compromiso Social. Responsabilidad Social. Extensión Universitaria.

INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas e as diversas catástrofes naturais nos mais variados cantos do Planeta estão levando muitas pessoas ao questionamento de até que ponto o ser humano pode manejar os recursos com foco apenas em seus interesses econômicos imediatos. Por outro lado, a crise financeira mundial de 2008, cujos efeitos como o aumento da pobreza e das taxas de desemprego ainda afetam negativamente a população de vários países, não apenas os ditos “em desenvolvimento”, fez com que muitas pessoas refletissem sobre a confiabilidade do atual sistema predominante no mundo.

Críticos de esquerda atribuíram esta crise à cobiça desenfreada dos banqueiros, e os próprios economistas capitalistas reconheceram que houve falhas, como a ausência de um sistema regulatório mais eficiente para controlar fraudes e especulação predatória (PAULIN, 2010). Ainda que não haja consenso sobre as causas desta crise, a necessidade de vincular a ética à economia e à governança corporativa das organizações ficou evidente.

A sociedade civil, cada vez mais informada, desenvolve maior consciência social e ambiental, pressionando as grandes corporações a adotarem atitudes mais responsáveis. Na América Latina, o processo de conscientização popular quanto à responsabilidade das instituições para com seu entorno é um processo ainda incipiente, mas que começa a ser mais presente em diversos setores sociais e em muitas organizações, não somente as privadas.

O Brasil tem reduzido as desigualdades sociais. Segundo dados da *Central Intelligence Agency* (CIA, 2013), o Coeficiente Gini, índice que calcula as desigualdades de renda em diversos países do mundo, decresceu nos últimos anos, caindo de 60,7 (1998) para 51,9 (2012), mas ainda é superior ao de países vizinhos como Argentina e Uruguai.

Se a desigualdade é alta, a taxa de jovens com acesso ao ensino superior, apesar do destacado crescimento em 2011-2012 (BRASIL, 2013), ainda é baixa, não alcançando a população desejada no Plano Nacional da Educação (PNE) pouco mais de dez anos atrás:

O PNE aprovado em 2001 estabelecia, para o final da década, o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da população de 18 a 24 anos. Incluindo-se no cálculo da taxa de escolarização líquida o percentual da população da faixa etária de 18 a 24 anos graduada e que está fora da escola, esse provimento corresponde a 17,2% no ano de 2009 (BRASIL, 2012).

Das 2416 instituições de ensino superior (IES) brasileiras divulgadas pelo Censo da Educação Superior de 2012 (Brasil, 2013), 12,58% são públicas, sendo que as federais representam 4,26% das IES do país. Do total de instituições, apenas 193 são universidades (ou seja, aproximadamente 8%), mas estas ainda concentram a maioria dos estudantes do Brasil, com 54% das matrículas de graduação.

A Lei n. 9394, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, em seu artigo 52, define as exigências para que uma IES seja uma Universidade:

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber (BRASIL, 1996).

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sendo uma universidade pública federal, pertence a esse pequeno grupo, tendo no ano de 2011 mais de 43000 alunos, sendo 29177 de graduação (UFSC, 2013).

Esse estudo visa conhecer os projetos de extensão da UFSC que podem ser considerados como práticas de compromisso social, haja vista que uma instituição pública de ensino de excelência não deve apenas formar profissionais para o mercado, mas também estar à frente na responsabilidade com o seu entorno, comprometida com toda a sociedade. Para operacionalizar tal objetivo, foram desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: levantar dados sobre a extensão na UFSC; compreender a percepção da função extensão na universidade sob o ponto de vista de seus representantes; e identificar projetos desenvolvidos nos diferentes centros que representem práticas de compromisso social da instituição.

Mundialmente, o alcance do ensino superior é pequeno e heterogêneo. Apesar de seu desenvolvimento desde 1999, uma proporção modesta dos jovens com idade entre 18 e 24 anos tem acesso ao mesmo. A taxa de acesso oscilava em torno de 24% em 2005, porém o número de matriculados é muito variável conforme a região, já que vai desde 5% na África Subsaariana até 70% na América do Norte e Europa Ocidental (ONU, 2007).

Audy (2006) coloca que vem aumentando a demanda da sociedade por um novo papel da Universidade no desenvolvimento econômico e social. Ristoff (2006) destaca o papel estratégico das universidades, em especial do setor público, objetivando colocar o ensino, a pesquisa e a extensão a serviço do desenvolvimento social, econômico e cultural.

É nessa temática que o artigo se insere, estruturado em cinco seções, sendo esta introdução, seguida dos aspectos teóricos sobre extensão universitária, metodologia da pesquisa, o caso da Universidade Federal de Santa Catarina e finalizando com as conclusões dos autores.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A extensão é atribuída à universidade visando viabilizar sua interação com a sociedade. Junto ao ensino e à pesquisa, operacionaliza a relação entre teoria e prática, promovendo a troca entre os saberes acadêmico e popular. Com essa função, passa a ser considerada o compromisso social da universidade, que deverá encontrar-se empenhada no equacionamento das questões que afligem a população, dirigindo seus interesses para as grandes questões sociais do país e às demandas regionais e locais (NOVO; MELLO, 2004).

Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável, viabilizando a relação transformadora entre Universidade e Sociedade (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2001). É uma via de mão dupla: a comunidade acadêmica encontra na sociedade a

oportunidade de praticar os conhecimentos acadêmicos e retorna com o aprendizado daquela comunidade. A troca de saberes sistematizado, acadêmico e popular trará a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação da comunidade na atuação da Universidade. É um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (NOGUEIRA, 2000).

A Resolução que regulamenta as ações de extensão na UFSC (2010) considera que as ações de extensão universitária são etapas de processos de produção de conhecimento e não algo à parte desses; visam tornar acessíveis as atividades que viabilizem informações facilitadoras da apropriação do conhecimento disponível pelos membros da sociedade. E devem ter caráter educativo, no sentido de tornar as pessoas aptas a utilizarem o conhecimento em suas atividades, enfatizando a relação transformadora entre universidade e sociedade.

Wanderley (2005) reforça a forma indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, afirmando que, se é válida a separação deste tripé para efeitos analíticos, o conteúdo social deve estar necessariamente presente no conjunto.

Responsabilidade e Compromisso Social

Num mundo em que grandes corporações têm muitas vezes maior influência do que os governos, emerge a questão de até que ponto vai a responsabilidade das organizações. Destaca-se que nenhuma instituição pode estar alheia ao meio no qual está inserida.

Karkotli (2006) expõe que a responsabilidade social é um tema recente, debatido somente a partir da segunda metade do século XX, época da revolução social e da criação de novas organizações em razão das falhas cometidas pelo governo nesta área, que não conseguia resolver todos os problemas sociais.

Niello (2006) não considera muito nítida a delimitação da responsabilidade social corporativa (RSC), mas coloca que, apesar da profusão terminológica, tem-se produzido uma paulatina integração de um conjunto de práticas similares estruturadas em uma série de âmbitos concretos: a responsabilidade meio ambiental e social, a transparência, o diálogo entre as partes interessadas e o bom governo.

A responsabilidade social compromete-se com todos os que são afetados de alguma forma pela organização. Além de cumprir as obrigações legais, preocupa-se com a adoção e a disseminação de valores, as condutas éticas, a qualidade de vida e as práticas construtivas, visando suprir as necessidades da comunidade na qual está inserida (ARAUJO *et al.*, 2006). Esta definição dos autores é uma das mais completas, abrangendo os *stakeholders*, ou seja, todas as partes interessadas, ou que são afetadas de alguma forma pelas atividades de uma organização, indo muito além da versão simplista de que a RSC seria apenas cumprir a lei, requisito mínimo para operacionalização de uma organização.

O Instituto Ethos (2013, p. 16) corrobora com as visões expostas, trazendo em sua definição de RSC a relação da organização com todas as partes interessadas e ainda a questão da preocupação com as gerações futuras:

É a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Karkotli (2006) também liga a questão da sustentabilidade com a RSC. Segundo o autor, a responsabilidade social pressupõe a necessidade e a urgência da participação no desenvolvimento com sustentabilidade, ou seja, o comprometimento com o desenvolvimento em três dimensões: econômica, social e ambiental.

Ao resgatar a evolução do conceito de RSC, Carroll (1999) destaca temas que o complementam, como a ética nos negócios, nas políticas públicas e o desempenho social corporativo.

Há quem argumente que as organizações não devem assumir tarefas que não lhe dizem respeito, assumindo tarefas que deveriam ser responsabilidade do Estado. Em relação a esse posicionamento, Kliksberg (2008) explica que não se pede que as empresas substituam a política pública, que uma democracia tem a obrigação de garantir educação, saúde, trabalho e inclusão. Senão que seja um aliado criativo e constante desta. Além disso, a responsabilidade social não deve ser observada apenas em empresas. Todas as organizações, inclusive as públicas, devem estar atentas aos impactos de suas atividades, e responder adequadamente a estes.

As universidades, públicas ou privadas, por serem instituições de ensino, já têm inerente em sua própria função grande responsabilidade social na formação de cidadão, mas há compromissos que devem ser assumidos além da formação em si.

Accursi *et al.* (2010) colocam impactos gerados pela universidade ao exercer suas funções: (1) impactos de funcionamento organizacional, gerados na vida da comunidade universitária e no meio ambiente; (2) impactos educativos na formação das pessoas, que influi na deontologia profissional, orienta na definição de ética de cada disciplina e seu rol profissional; (3) impactos cognitivos e epistemológicos, pois orienta a produção do saber e das tecnologias, influenciando na definição do que socialmente se chama ciência e outros conceitos; e (4) impactos sociais, sobre a sociedade e seu desenvolvimento econômico, social e político – é um ator social que pode promover (ou não) o progresso, criar (ou não) capital social, tornar acessível ou não o conhecimento a todos, inserir o estudante em diferentes realidades sociais ou isolá-lo apenas no mundo acadêmico.

Diante destes impactos, Accursi *et al.* (2010) expõem quatro eixos de gestão socialmente responsável na universidade: (1) eixo organizacional, do clima, da gestão de pessoas, dos processos democráticos internos e do meio ambiente; (2) eixo da formação acadêmica e pedagógica, nas temáticas, da organização curricular

e das metodologias didáticas; (3) eixo da produção e da difusão do conhecimento, da pesquisa e dos modelos epistemológicos difundidos; e (4) eixo da participação social no desenvolvimento humano sustentável da comunidade.

Assim, a expressão compromisso social geralmente é atribuída à responsabilidade social da universidade em todos os seus eixos. Comprometimento tem uma conotação de maior envolvimento do que responsabilidade. Falar do compromisso social da universidade significa falar de seus deveres e obrigações, das incumbências inerentes à natureza institucional das universidades.

Sobre [...] a responsabilidade social das universidades, existe uma larga bibliografia e, se fizermos uma leitura dos estatutos, princípios e objetivos norteadores de cada instituição, ela normalmente comparece de forma explícita sob a expressão compromisso social. Este objetivo resultou de uma revisão de longa duração, de uma autocritica dos membros das comunidades universitárias, não raro como consequência de grupos representativos dos segmentos, reivindicando ou mesmo exigindo que ela não se vinculasse apenas às elites, mas saísse da torre de marfim, negasse a suposta neutralidade científica, respondesse aos interesses universais, atendesse aos setores carentes, desenvolvesse projetos sociais, etc. A figura mais expressiva dessa finalidade se centra na dimensão da extensão, que acabou por se tornar componente constitutivo da natureza da universidade, compondo o tripé ensino-pesquisa-extensão. (WANDERLEY, 2005, p. 168).

O Plano Nacional de Extensão Universitária (2001) expressa a postura da universidade diante da sociedade na qual se insere: ao afirmar que a extensão se coloca como prática que visa interligar a universidade em suas atividades de pesquisa e ensino com as demandas da sociedade, reafirma o compromisso social da universidade como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social.

Desta forma, a extensão universitária é a função que dialoga diretamente com o compromisso social universitário, mas para que isso realmente aconteça, deve estar integrada com o ensino e a pesquisa. Vale destacar que realizar as três funções de forma indissociável é um dos pré-requisitos para uma IES ser considerada como universidade segundo o artigo 207 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Em sintonia com a opinião de Kliksberg (2008), o Plano Nacional de Extensão (2001) ressalta que a intervenção na realidade social feita pela extensão articulada ao ensino e à pesquisa não objetiva levar a universidade a substituir funções de responsabilidade do Estado, mas sim produzir saberes, tornando-os acessíveis à população. Assim, a natureza pública da universidade se confirma à medida que os diferentes setores da população usufruam dos resultados produzidos pela atividade acadêmica, não significando, necessariamente, frequentar seus cursos regulares.

Ao discutir universidade e compromisso social, Ribeiro (2006) traz a questão das funções universitárias, destacando a importância de recusar a hierarquia que alguns insistem em atribuir às atividades de ensino, pesquisa, extensão. A universidade tem que fazer com que a pesquisa seja articulada com a destinação dessa pesquisa.

A extensão deveria estar inserida em um plano de metas da universidade, no qual explicitaria o que transferir à sociedade e quais os usuários do conhecimento que ela gera.

A partir de 2004 foi criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) por meio da Lei 10.861, cuja finalidade consiste na

[...] melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004, Art. 1º, § 1º).

A partir desta legislação, as políticas para a extensão e suas respectivas formas de operacionalização passaram a ser exigidas como parte do SINAES, cuja avaliação deverá assegurar "o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos" (BRASIL, 2004, Art. 2º).

Goergen (2006) compreende que o compromisso social da universidade é a prestação de contas da instituição à sociedade. Significa que a mesma não deva sempre estar a serviço dos interesses socioeconômicos do sistema, mas sim exercer a crítica e a resistência. Deve ter em vista o contexto social mais amplo que envolve tanto a instituição de uma sociedade mais justa e igualitária quanto a realização integral do ser humano como indivíduo e cidadão.

METODOLOGIA

Método é um conjunto de procedimentos necessários para alcançar os fins de uma investigação. O conhecimento científico depende de investigação metódica da realidade, por isso emprega procedimentos e técnicas para atingir os resultados (ZANELLA, 2006).

Essa pesquisa é de natureza básica, cuja característica é a possibilidade de articular os conceitos, a sistematização da produção de uma área de conhecimento. Quanto à finalidade, é um estudo descritivo, que conforme Triviños (1987) visa descrever com exatidão os fatos e os fenômenos de determinada realidade, neste caso, o compromisso social da UFSC por meio de seus projetos de extensão. Quanto à natureza das variáveis, é predominantemente qualitativa, abordagem que permite que um fenômeno seja mais bem compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado em uma perspectiva integrada (GODOY, 1995). Mattar (2005) coloca que é possível que em uma pesquisa e em um mesmo instrumento de coleta de dados haja questões qualitativas e quantitativas. Segundo Triviños (1987), a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave.

Em relação à dimensão temporal, é uma pesquisa ocasional, ou *ad-hoc*. Segundo Mattar (2005), essas pesquisas são realizadas uma única vez e seus resultados mostram um instantâneo do fenômeno estudado. É caracterizada pelo uso de uma amostra de elementos da população de interesse, em que esses elementos são medidos uma única vez no tempo, para atender a um objetivo específico. Esta pesquisa abordou as ações de extensão desenvolvidas até o primeiro semestre de 2010 na UFSC.

O escopo da pesquisa em termo de amplitude e profundidade caracteriza-se como um estudo de caso histórico-organizacional, definido por Triviños (1987) como aquele em que o interesse do pesquisador recai sobre a vida de uma instituição, sendo que o pesquisador deve partir do conhecimento que existe sobre a organização a qual pretende estudar. Zanella (2006) coloca que os estudos de caso têm grande profundidade e pequena amplitude, pois procuram conhecer uma realidade, neste caso, a realidade de uma instituição: o compromisso social na UFSC.

Para a coleta de dados secundários, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, que fundamentaram a pesquisa e embasaram a construção do instrumento de coleta de dados primários na pesquisa de campo. Além da bibliografia sobre o tema, a pesquisa utilizou documentos da Universidade, como regulamentos e resoluções normativas e do Plano Nacional de Extensão Universitária.

Godoy (1995) destaca que, em um estudo de caso, após as decisões iniciais, pode-se partir para o trabalho de campo, que envolve a obtenção e a organização das informações consideradas relevantes para a pesquisa em questão. Esses dados devem ser coletados no local onde os eventos acontecem, incluindo entrevistas, observação, análise documental e, se necessário, medidas estatísticas.

Triviños (1987) destaca que o processo de pesquisa qualitativa se desenvolve em interação dinâmica, retroalimentando-se e reformulando-se constantemente, de tal maneira que a coleta de dados num instante deixa de ser tal e é análise de dados; esta última, em seguida, acarreta nova busca de informações. Ideias expressadas em uma entrevista podem ser imediatamente analisadas e interpretadas, podendo recomendar novos encontros com outras pessoas ou com a mesma, para aprofundar o assunto ou explorar novos tópicos importantes para o esclarecimento do problema inicial.

Para levantar os dados em campo, inicialmente foi entrevistada a pró-reitora de pesquisa e extensão da UFSC. Posteriormente, foi elaborado um roteiro semiestruturado para entrevistar os onze membros da Câmara de Extensão da UFSC, considerando um representante de cada centro. O roteiro da entrevista foi composto de oito questionamentos principais, alguns desdobrados em mais de uma pergunta. Os temas abordados versaram sobre a extensão nos Centros de Ensino e na UFSC e sobre responsabilidade e compromisso social. As entrevistas foram gravadas com autorização dos professores. Para a análise, as entrevistas foram transcritas e separadas por tipo de questionamento abordado, para descrição das diversas opiniões sobre o tema. Os dados coletados foram confrontados entre si e com a teoria estudada.

Destaca-se que os projetos citados nesta pesquisa foram apontados nas entrevistas, não sendo os únicos socialmente comprometidos na universidade. Apesar de cada entrevistado representar um Centro, um Centro tem alguns departamentos. O maior contato do entrevistado com seu departamento pode direcioná-lo a ressaltar os projetos do mesmo.

O termo compromisso social é um conceito recente e abrange uma série de fatores: questões como ampliação de acesso ao ensino superior e cotas não foram focadas neste estudo, mas também fazem parte do tema.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA E A EXTENSÃO

A UFSC destaca-se pela sua importância no cenário nacional de Instituições Federais de Ensino Superior. Completou meio século ao final de 2010, consolidando-se como um importante polo de produção científica e tecnológica.

Sua infraestrutura conta com vários órgãos suplementares, com destaque ao Hospital Universitário, ligado à Reitoria. Os demais órgãos estão ligados às pró-reitorias. Na área de assistência estudantil, há o Restaurante Universitário. Ligados à Secretaria de Cultura e Arte, há o Museu Universitário e a Editora Universitária. No apoio ao ensino, pesquisa e extensão, há a Biblioteca Universitária, o Biotério Central e a Imprensa Universitária. No apoio às atividades de gestão, há um Núcleo de Processamento de Dados.

A Seção V do Regimento Geral (UFSC, 2009) assim dispõe sobre a extensão: além do ensino e da pesquisa que, de forma indireta levam a universidade ao meio, promover-se-á a extensão direta destas funções. A extensão pode alcançar o âmbito de toda a comunidade ou dirigir-se a pessoas e instituições, abrangendo cursos, serviços e estágios realizados, conforme planos e normas específicas, cabendo aos Departamentos a elaboração dos projetos de extensão, atendendo às diretrizes gerais estabelecidas pela Câmara de Extensão.

A Câmara de Extensão é um dos Órgãos Deliberativos Centrais da UFSC, que se reúne a cada dois meses, geralmente na terceira terça-feira do mês. Tem como atribuições a proposição de políticas e normas concernentes à extensão ao Conselho Universitário; operar como instância recursal de extensão, quando arguida ilegalidade no julgamento, em processos originários de Conselhos das Unidades; a elaboração e a aprovação de suas normas de funcionamento; a proposição de normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente ao Conselho Universitário; o estabelecimento de políticas de avaliação de atividades de extensão; manifestar-se a respeito de assuntos, propostas ou planos relacionados à sua área de atuação; a eleição de representantes da Câmara junto ao Conselho Universitário, sendo vedada a indicação de mais de um representante por Centro Universitário (UFSC, 2013).

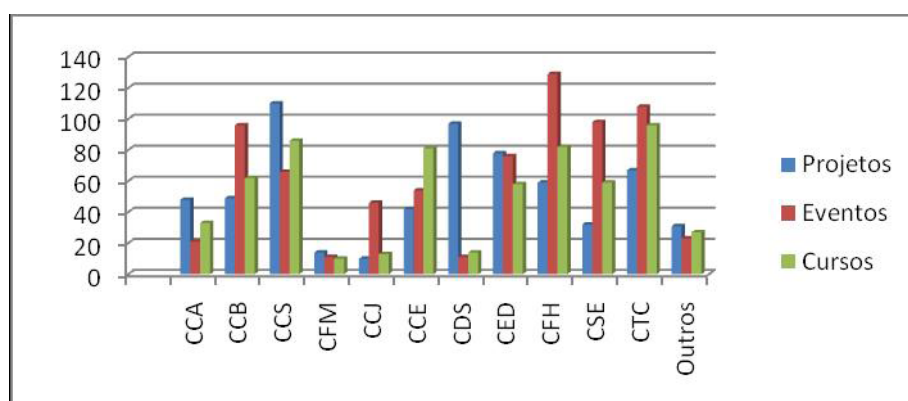
Os dados sobre a extensão na UFSC demonstram que há uma evolução no número de ações de extensão realizadas nos últimos anos. De acordo com o Relatório de Gestão (PRPE, 2009), diversas ações vêm sendo desenvolvidas pela comunidade docente, discente e servidores técnico-administrativos, comprometidos

“com o desenvolvimento social, através da promoção e disseminação de novos conhecimentos, prestação de serviços a comunidades carentes, difusão de tecnologias apropriadas, viabilização de projetos de promoção da qualidade de vida, dentre inúmeros outros”.

Os dados divulgados pela PRPE (2010), organizados em indicadores, abordados neste artigo equivalem aos registros de 2008, último ano com dados mais detalhados divulgados sobre o tema na UFSC. Vale salientar que, apesar de a nova resolução sobre a extensão na UFSC definir a extensão como um processo que viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade, uma ação de extensão não necessariamente é uma ação de compromisso social. Conforme o Artigo 6 da Resolução Normativa N.º 03/CUn/09, (UFSC, 2010) os seguintes tipos de atividade são consideradas ações de extensão universitária: coordenar ou participar de projetos de extensão; eventos técnico-científicos, culturais, artísticos, esportivos e outros que visem criar condições para que a sociedade possa deles usufruir; prestação de serviços à sociedade mediante atendimento direto ou indireto, tais como assessorias, consultorias e perícias; coordenar, ministrar ou participar de cursos de atualização que possam constituir instrumentos para maior acesso ao conhecimento; organizar, editar, revisar ou apresentar resultados das ações empreendidas para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica; participar em bancas de concurso ou de formação acadêmica e revisar artigos e livros.

O **Gráfico 1** representa a quantidade de ações de extensão por tipo. Cada Centro tem sua característica, alguns se destacam em projetos, mas têm poucos eventos; outros têm menos atividades ou intensidade mediana. Um número maior de registros ou menor de extensão não significa maior ou menor compromisso social de determinado Centro. É mais significativa a característica de cada ação.

Gráfico 1: Registros de Projetos, Eventos e Cursos por Centro – 2008



Fonte: Elaborado pelos autores.

Dados mais recentes, apesar de não tão detalhados, mostram que, quantitativamente, as ações de extensão na universidade continuam aumentando, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1: Números da Extensão

Ações de Extensão		Certificados de Extensão	
2007	3109	2007	17533
2008	4114	2008	18360
2009	4281	2009	19000
2010	6565	2010	25200
2011	8545	2011	78000

Fonte: Adaptado de PROEX (2013).

A proposta de projeto de extensão deve ser submetida à apreciação do colegiado do departamento de ensino ou órgão suplementar ligado ao objeto da solicitação para ser analisado. Quando o projeto envolve pessoal pertencente a mais de um departamento ou equivalente, ou órgão administrativo, deverá ser submetido à apreciação de cada colegiado ou similar (UFSC, 2010, TÍTULO II Art. 19).

Percepções da função da Extensão na Universidade

Sobre a percepção quanto à existência de prioridades entre as três funções da universidade, a maioria dos entrevistados colocou com pesar que ainda há clara valorização do ensino e da pesquisa frente à extensão. Alguns destacam que a situação da extensão está melhorando aos poucos. Destes, dois colocaram não ser problema que a extensão venha atrás do ensino em uma instituição de ensino. O Quadro 1 expõe o direcionamento das respostas quanto a esta percepção, de acordo com o representante de cada Centro.

Quadro 1: Percepção sobre a existência de hierarquia entre ensino, pesquisa e extensão

Centros	Percepção quanto à hierarquia de prioridades entre ensino, pesquisa e extensão
CCA	A hierarquia está no imaginário das pessoas. A extensão vem ganhando um espaço e está no mesmo nível que a pesquisa. O ensino, por sua natureza, é destaque na universidade.
CCB	Existe, sim, uma hierarquia, e a extensão infelizmente está abaixo do ensino e da pesquisa para muitos. A administração da universidade está tentando modificar o quadro, mas isso está muito lento.
CCE	A universidade é um tripé, com três partes indissociáveis, mas o ensino tem e deve ter valor maior, justamente porque estamos tratando de uma instituição de ensino superior.

CCJ	Lamentavelmente é notório que a pesquisa tem maior reconhecimento que a extensão.
CCS	Já ocorreu uma melhora, porque antes a extensão era muito diminuída. Mas ainda existe, sim, uma valorização bem mais forte da pesquisa.
CDS	Existe uma hierarquia grande, perceptível. Isso é muito prejudicial à universidade. As administrações superiores deveriam olhar com mais carinho para a extensão.
CED	Se uma das frentes da tríade universitária está mais aquém ou em vias de desenvolver-se é a extensão, mas a reitoria tem se preocupado com ela, que é o ponto mais frágil.
CFH	A hierarquia é clara: a extensão é a última. Em contrapartida, há uma luta para reverter isso. Uma luta difícil, já que cada um entra na universidade com as suas prioridades.
CFM	O alto escalão da universidade tem o mesmo tratamento para pesquisa e extensão. O problema está no preconceito entre os pares, pois muitos tratam a extensão como algo inferior.
CSE	É natural que exista hierarquia porque a base da universidade é o ensino. A universidade não tem discriminação, mas primeiro é o ensino, depois a pesquisa, porque ela está na essência da universidade, e por fim a extensão, em que é mais difícil de mensurar e avaliar os resultados.
CTC	Na teoria não existe. Até na missão da universidade existe o princípio da integração entre os três. Dependendo da característica do Centro, ele pode ter perfil mais voltado à pesquisa ou mais voltado à extensão.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Alguns dos argumentos utilizados pelos entrevistados que defendem a ideia de que ainda há uma ordem de prioridade entre as três funções, comparando, sobretudo, a pesquisa em relação à extensão, são:

- As bolsas de pesquisa são muito concorridas, o que não ocorre com as de extensão. Esta colocação foi reforçada por outro entrevistado: dados em relação ao PROBOLSA demonstraram sobra de vagas em 2009, ou seja, houve maior oferta de bolsas que a própria disposição dos professores em fazerem a extensão.
- A pesquisa é mais estimulada pelos órgãos governamentais. A extensão raramente é remunerada. Os órgãos de fomento entendem que o professor extensionista não pode receber porque já recebe da universidade. Se o mesmo professor fizer pesquisa, tem direito a uma bolsa de pesquisa, mas não pode ter uma bolsa de extensão.
- A maioria dos professores não sabe elaborar um projeto de extensão, eles fazem projeto de pesquisa. Quando há editais de fomento, os professores tendem a fazer um projeto de pesquisa, porque estão acostumados.

d) Para um pesquisador existem várias classificações, níveis. Com a extensão não é assim. Extensão ou se faz ou não se faz.

e) O Currículo Lattes, muito valorizado na universidade, enfoca a produção científica, a pesquisa, não tendo um espaço especial ou um enfoque para a atividade de extensão. Se a universidade não é uma instituição de pesquisa, mas sim de ensino, apoiada pela pesquisa e pela extensão, tanto a pesquisa quanto a extensão devem ter o mesmo destaque, os mesmos valores e índices equivalentes.

Os Projetos de cada Centro

O Centro de Ciências da Saúde (CCS) tem diversas atividades de extensão voltadas ao atendimento e à melhora de qualidade de vida da população. São muitas as ações desenvolvidas e, como destaque, a sugestão do respondente foram os projetos selecionados como projetos institucionais permanentes (PIP) em 2010. O Centro é o que mais tem projetos selecionados: são treze, do total de cinquenta e dois, que abrangem dez dos onze centros de ensino da UFSC.

Foram citados: Programa de Educação e Prevenção em Saúde Bucal no GAPA - Lar Recanto do Carinho, Florianópolis-SC; Núcleo de Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial e Patologia; Toxicovigilância - Educação e Prevenção de Acidentes Tóxicos; Assistência a Pessoas Ostomizadas; Atendimento Interdisciplinar e Multiprofissional para Prevenção e Tratamento de Dislipidemia na Comunidade Universitária; Interconsulta Psiquiátrica para Pacientes Internados nas Enfermarias de Clínica Médica do HU – UFSC; Promovendo Saúde, Educação e Cidadania de Crianças, Jovens e Adultos em Situação de Vulnerabilidade Social; Diagnóstico Histológico de Doenças da Boca: Laboratório de Patologia Bucal da UFSC; Projeto Artístico Cultural: Ressignificando a Arte no Envelhecer; Análise Laboratorial Toxicológica a Pacientes com Suspeita de Intoxicação Atendidos pelo Centro de Informações Toxicológicas; Grupo de Ajuda Mútua de Familiares de Idosos Portadores da Doença de Alzheimer ou Doenças Similares; Grupo de Apoio aos Portadores da Doença de Parkinson e seus Familiares; e Grupo de Gestantes e/ou casais grávidos.

O Centro Tecnológico (CTC) tem uma característica particular em relação aos demais centros, nos quais grande parte da extensão é paga. A maioria dos projetos são consultorias e cursos que, especialmente, grandes empresas contratam, ou seja, assistência às empresas. Exemplos de atividades de extensão importantes não remuneradas são particularmente as atividades comandadas pelos departamentos de engenharia sanitária, engenharia civil e de arquitetura que, pela natureza de suas áreas, conseguem estar mais perto da população carente. Há ações que ajudam comunidades a fazer projetos de saneamento básico e educação ambiental. O destaque foi o projeto ganhador do PIP, único representante do Centro: Educação Ambiental: uma Proposta Sócio-Pedagógica nas Comunidades do Entorno da UFSC.

O Centro de Desportos (CDS) tem a extensão muito evidenciada pela atividade física. Existem projetos direcionados a diversos públicos que buscam mostrar

à sociedade o valor da atividade física como melhoria da qualidade de vida, da aptidão, do bem-estar, do aumento de autoestima.

Há diversas atividades oferecidas, dez delas contempladas no edital do PIP (PRPE, 2010a). Os projetos com maior destaque são: Laboratório e Centro de Orientação de Atividade Física e Saúde – LOAFIS; Experimentação em Dança – Grupo Fazendo Corpo Mole; Projeto Educadança, Capoeira da Ilha; Sábado no *Campus* Esportes Adaptados: Bocha e Polibaty a Pessoas com Paralisia Cerebral; Projeto Sábado no *Campus* Esportes Adaptados: Treinamento de Goal Ball para Pessoas com Deficiência Visual; Projeto AMA – Atividade Motora Adaptada; Grupo de Dança Folclórica da 3ª Idade da UFSC; e Programa de Intervenção Interdisciplinar em Crianças e Adolescentes HIV Positivos.

Dos projetos do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), o projeto realizado no Centro Regional São Lucas foi ressaltado muitas vezes pelo entrevistado. Este é o único Centro que não teve projetos contemplados nos PIP. Mesmo assim, o centro desenvolve ampla gama de projetos que beneficiam a comunidade, sobretudo as comunidades com menos recursos financeiros, com assessoramento e assistência jurídica nos presídios, pareceres ambientais no sentido de regulamentação e legalização de determinadas regiões carentes, entre outros. Alguns destaques: Ação de Direitos Humanos e Cultura Popular; Núcleo de Mediação e Arbitragem; EMAJ - Escritório Modelo de Assistência Jurídica; e Vistoria no Presídio Feminino de Florianópolis.

Praticamente todos os projetos de serviço social desenvolvem aspectos relacionados à responsabilidade e ao compromisso social, porque é a base de pesquisa, de ensino e de extensão do departamento. Este é o destaque do Centro Socioeconômico (CSE) quando o assunto é compromisso social. Os outros departamentos, de administração, contabilidade e economia têm projetos específicos, quando alguns professores conseguem desenvolver. Mas essas três áreas têm maior aplicabilidade no setor empresarial. O único representante do Centro dos PIP é do departamento de serviço social, o Projeto de Formação Permanente: Ações Coletivas, Democracia Participativa e Direitos Sociais.

Questões ambientais e de saneamento mostram a cara do Centro de Ciências Agrárias (CCA). Os projetos que tratam com agricultura familiar, trabalhando com a melhoria da qualidade de vida das famílias envolvidas no entorno. Alguns projetos de destaque: viabilidade da produção de novas espécies de ostras e mariscos; Saneamento e Educação Ambiental: uma proposta viável a comunidades Peri - urbanas no município de Florianópolis/SC; Melhoramento Genético Participativo a partir de Variedade Local de Milho procedente do Extremo Oeste de Santa Catarina; Teste e difusão de sistemas agro-ecológicos de melhoramento do solo para agricultores familiares; Desenvolvimento Sustentado do Oeste de Santa Catarina, por meio do Método Participativo e do Planejamento e Uso Integrado da Unidade de Produção Familiar; Desenvolvimento Tecnológico no Cultivo de Camarões Marinhos Laboratório de Camarões Marinhos; e Produção e Industrialização de

Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares: Resgate Cultural e Viabilidade Técnica, Econômica e Comercial nas Áreas de Assentamentos de Reforma Agrária do Norte de Santa Catarina.

No Centro de Ciências Biológicas (CCB) destacam-se as ações que repassam ensinamentos à comunidade em relação a questões ambientais e de saúde, como: Implementação da coleta seletiva de lixo no próprio Centro e divulgação da iniciativa em escolas e condomínios residenciais próximos à UFSC; Amigo Animal, Núcleo de Avaliação de Reações do Tipo Alérgico a Drogas – NARTAD; e A Importância da Lavagem das Mãos e da Higiene Pessoal.

O Centro de Comunicação e Expressão (CCE) oferece cursos de línguas extracurriculares à comunidade a um custo acessível, ministrados por alunos de mestrado e doutorado que nem sempre têm bolsa. É um curso de extensão, ministrado por pessoas bem qualificadas. Alguns dos projetos que exemplificam a forma de o Centro trabalhar comprometido com a comunidade são: Fazendo Rádio na Escola – renovação; Oficinas de Poesia Jovens do Rap no Desterro; *Design Social Aplicado: Conselho Comunitário do Ribeirão da Ilha* e AMPROSUL; O Jogo Ensina (*Canta Juego*); e A Língua Francesa na Escola Pública Fundamental - *St.Exupéry* no Campeche.

No Centro de Ciências da Educação (CED) todos os projetos de extensão, em alguma medida, querem favorecer a comunidade, visando à promoção humana em determinada área. Algumas ações de destaque: Interação entre Universidade, Escola e Comunidades do Maciço do Morro da Cruz; Formação de educadores/as no trato da questão do corpo: um foco nas práticas de Educação Física no Fórum do Maciço do Morro da Cruz e nas Creches e NEIs municipais; e Gestão do Instituto de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Sustentável - Instituto EduCampo.

Segundo o entrevistado, o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) tem várias ações importantes. Algumas se tornaram programa de extensão e já ganharam prêmios. Destaca-se o trabalho com os indígenas, que já ganhou financiamentos do MEC em várias oportunidades e está abrindo uma licenciatura indígena para formar 120 professores dos povos Xokleng, Kaingang e Guarani. Apesar da ampla gama de projetos, foram destacados: Orientação para a Escolha do Curso Superior de Graduação para Alunos do Curso Pré-Vestibular da UFSC; Atendimento Psicológico por meio do Serviço de Atendimento Psicológico – SAPSI; e **Laboratório de Pesquisa em Imagem e Som – LAPIS**.

Projetos relacionados com o estímulo às ciências exatas, laboratórios interativos e o treinamento de professores são desenvolvidos pelo Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM). Alguns destaques: Olimpíada Regional de Matemática de Santa Catarina; LEMAT - Laboratório de Estudos de Matemática; LABIDEX - Laboratório de Instrumentação, Demonstração e Exploração; QUIMIDEX - Advocação da Química em Ambientes Temáticos; e De Olho no Céu de Floripa.

CONCLUSÕES

As IES já têm um importante papel social por ter como função o ensino. Quando se trata de instituições públicas, essa função é maior, pois são mantidas por todos os cidadãos. Sobretudo em um país desigual como o Brasil, mais do que a responsabilidade inerente a sua função de formação, as IES devem manifestar seu compromisso social, sobretudo com o desenvolvimento e a equidade, iniciando em seu entorno, mas também numa perspectiva regional e nacional.

A extensão na UFSC teve suas normas renovadas no final de 2009 por uma nova resolução que define melhor a função. Na percepção da maioria dos membros da Câmara de Extensão da UFSC, mesmo ainda não tão valorizada como o ensino e a pesquisa, muito se avançou na prática e em reconhecimento institucional desta função.

O ensino é tido por muitos como a função principal da universidade, porque é a primeira razão de sua existência. Nas origens da universidade, esta foi a razão de ser da Instituição. A função pesquisa floresceu na universidade a partir do Século XIX, com o modelo da Universidade de Berlim, e a extensão, cronologicamente, foi a última a incorporar-se nas funções universitárias. Entretanto, a legislação brasileira fala sobre indissociabilidade, e não hierarquia entre as três funções. Tanto o ensino, como a pesquisa e a extensão, são importantes e devem ser valorizados como funções vitais para a instituição universitária: as funções devem se retroalimentar. Aqui, retoma-se Ribeiro (2006), em sua ênfase na recusa em hierarquias entre as funções universitárias.

Neste aspecto, a extensão pode ser equiparada ao ensino e à pesquisa quando se articula a eles e se perceber como ensino e pesquisa também como uma prestação de serviços à sociedade. Para Gurgel (1986), a extensão propicia uma reflexão crítica e uma revisão constante das funções de ensino e pesquisa, portanto, as três devem caminhar juntas. O Plano Nacional de Extensão Universitária (2001) esclarece que a extensão só se concretiza, como prática acadêmica, quando é discutida sua proposta de ação global e sua inserção institucional nos departamentos, definindo suas linhas de ensino e pesquisa em função das exigências da realidade.

Mesmo que ainda persista em alguns a ideia de hierarquia entre as funções, foi citado o tratamento igualitário pela administração superior da universidade, que está tentando eliminar o desnível entre a pesquisa e a extensão. Além disso, em todos os Centros a estrutura para a extensão ainda está em fase de construção: 72,7% dos entrevistados manifestaram interesse em melhorar a extensão na universidade como um todo e em seu respectivo Centro.

Apesar da abrangência do termo responsabilidade social e, portanto, a difícil definição, algumas questões são repetidas nos diversos pesquisadores do tema: é mais do que simplesmente cumprir a legislação e comprometer-se com o desenvolvimento econômico da organização; é um conceito transversal, que permeia toda a organização e a todos os que, de alguma forma, são afetados pelas

atividades da mesma; envolve responsabilidade para com o ambiente, para com a sociedade, transparência, diálogo entre as partes interessadas e o bom governo; compreensão de que os compromissos com toda a sociedade vão além da cadeia produtiva e expressos por meio de atos que a afetem positivamente; gestão ética; estabelecimento de metas que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade; redução de desigualdades com ênfase na cidadania.

Nas entrevistas, foi percebida uma compreensão da responsabilidade social, sobretudo na questão de saber oferecer o que se tem para promover a real emancipação, a transformação social. Mais ainda: a maioria das respostas foi em direção à criação da cidadania, e não de apenas uma visão assistencialista ou filantrópica.

Esta visão reflete o real sentido do compromisso social e da extensão, que deve ser diferente do assistencialismo e ir além da compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos, prestações de serviços e difusão cultural. Aponta-se para uma concepção de universidade em que a relação com a população é a oxigenação necessária para a vida acadêmica (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2001).

Como a UFSC tem Centros com características distintas, cada um pode destacar-se em uma área de contribuição social em prol da cidadania emancipada: alguns terão projetos mais direcionados à cultura; outros, à sustentabilidade ambiental; outros, à geração de renda e outros voltados à saúde.

Apesar de desconhecer o termo “compromisso social” em relação à Responsabilidade social da universidade, muitos dos professores entrevistados o praticam, sentindo-o muito aproximado da responsabilidade social, ou mais do que isso, como coloca Ribeiro (2006), no sentido de empenho, engajamento.

Nos projetos destacados, ocorre o real sentido da extensão: aproveitar o que se desenvolve na universidade, aplicando esse conhecimento além da instituição, interagindo com a sociedade civil, sociedade esta que a comunidade acadêmica também faz parte. Ressalta-se a necessidade de que os projetos desenvolvidos sejam da área de estudo das pessoas que estão envolvidas: a extensão, o ensino e a pesquisa não devem ocorrer desvinculados.

A universidade tem um grande compromisso para com o entorno, ainda que pudesse fazer muito mais. A lista de ações é realmente extensa, e aqui nem foram citados projetos como o Núcleo de Estudos da Terceira Idade e a Sala Verde, por exemplo, projetos de grande destaque social, mas que não estão ligados a um Centro de Ensino específico, mas enfatizados na própria página da Pró-Reitoria de Extensão. Os incentivos para as práticas extensionistas, apesar de ainda incipientes, estão crescendo, e todos os Centros desenvolvem projetos importantes para o entorno, alguns para o Estado, e até no âmbito de atendimento ao País.

Assim, não se pode desprezar o compromisso social da UFSC, com grande importância para o Estado, não só em relação à qualificação de pessoas para o

mercado de trabalho, mas desenvolvendo projetos de apoio à melhoria da qualidade de vida em diversos aspectos e a diversos públicos.

Com um incentivo maior à extensão e com o desenvolvimento de uma prática verdadeiramente indissociável das três funções por todos da universidade; com uma consciência da necessidade de articular práticas mais vinculadas às necessidades locais e regionais, desenvolvendo dessa forma uma visão mais crítica e atrelada ao compromisso social, a universidade avançará também na pesquisa e num ensino mais vinculado à realidade, com a tendência de a sociedade valorizar ainda mais a universidade. Hoje ainda se escuta de alguns que a universidade se encontra “entre seus muros”. A expressão não é mais tão repetida quanto já foi, mas se faz necessário reconhecer a importância da universidade não só para os acadêmicos. Assim, o desenvolvimento do compromisso social na construção da cidadania dentro e fora da universidade pode ser reconhecido como possibilidade de crescimento, já que há espaço para se realizar muito mais.

REFERÊNCIAS

ACCURSI, F. M. et al. **Difusión de temas del Programa Amartya Sen en las Carreras de Grado de la Facultad de Ciencias Económicas y Estadísticas de la Universidad Nacional de Rosario**. Rosario: UNR: 2010.

ARAUJO, M. P. et al. (Org.). **Construindo o Social através da Ação e da Responsabilidade**. Novo Hamburgo: Feevale, 2006.

AUDY, J. L. N. Universidade Inovadora: entre a tradição e a renovação. In: MOROSINI, M. (Org.). **A Universidade no Brasil: conceitos e modelos**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Cap. 18, p. 339-350.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Constituição (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 17 set. 2013.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior 2010: Resumo Técnico**. Brasília-DF | 2012. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2010.pdf>. Acesso em: 17 set. 2013.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Ministério da Educação. **Brasil teve mais de 7 milhões de matrículas no ano passado: Censo da Educação Superior**. 17 set. 2013. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/brasil-teve-mais-de-7-milhoes-de-matriculas-no-ano-passado?redirect=http%3a%2f%2fportal.inep.gov.br%2f>. Acesso em: 28 set. 2013.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: mai. 2012.

BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 17 set. 2013.

CARROLL, A. B. Corporate Social Responsibility: Evolution of a Definitional Construct. **Business & Society**, v. 38, n. 3, p. 268-295. Sept. 1999. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=2&ved=0CD0QFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.kantakji.com%2Ffiqh%2FFiles%2FCompanies%2Fe16.pdf&ei=WUtKUs2rOoP49gSi5ID4DA&usg=AFQjCNHUYediz4ZGI_eUbqdUcF4Iz3Jwqw&sig2=xKz3CXsI-spQhr4JGIBPrQ>. Acesso em: 17 set. 2013.

CIA. **The World Factbook**. Field Listing: Distribution of family Income – Gini Index. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2172.html>>. Acesso em: 19 set. 2013.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.3, p. 20-29, mai./jun., 1995.

GOERGEN, P. Universidade e Compromisso Social. In: RISTOFF, D.; SEVEGNANI, P. (org.). **Universidade e Compromisso Social**: Brasília, 25 e 26 de agosto de 2005. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 65-95. (Coleção Educação Superior em Debate; v.4).

GURGEL, R. M. **Extensão Universitária**: Comunicação ou Domesticação? São Paulo: Cortez: Autores Associados: Universidade Federal do Ceará, 1986.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL (Brasil). **Glossário Indicadores Ethos**. 2 set. 2013. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Glossário-Indicadores-Ethos-V2013-09-022.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2013.

KARKOTLI, G. **Responsabilidade Social Empresarial**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

KLIKSBERG, B. **Más Ética, Más Desarrollo**. 19. ed. Buenos Aires: Temas Grupo Editorial SRL, 2008.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing**: metodologia e planejamento. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005. v. 1.

NIELLO, J. V. Comisión Económica Para América Latina Y El Caribe (CEPAL). **Responsabilidad Social Empresarial (RSE) desde la perspectiva de los consumidores en Números 2001 a 2011**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, dic. 2006. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/5/28375/LC-W-109.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2012.

NOGUEIRA, M. das D. P. (org.) FORUM NACIONAL DE PRO-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS (BRASIL). **Extensão universitária**: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: UFMG, PROEX, 2000.

NOVO, L. Fl.; MELO, P. A. de. **Universidade Empreendedora**: fortalecendo os caminhos para a responsabilidade social. In: MELO, P. A. de; COLOSSI, N. (org.) Cenários da Gestão Universitária na Contemporaneidade. Florianópolis: Insular, 2004 (p.17-35).

ONU. **Educación para Todos en 2015**: ¿Alcanzaremos la meta?. París - Francia: Ediciones Unesco, 2007.

PAULIN, I. **Uma visão ainda mais liberal**. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=657>>. Acesso em: 01 mai. 2010.

PLANO Nacional de Extensão Universitária. Ilhéus: Editus, 2001.

PROEX. **PROEX em números.** Disponível em: <<http://proex.paginas.ufsc.br/files/2012/10/PROEX.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2013.

PRPE. **Contemplados no programa de bolsas para os Projetos Institucionais Permanentes (PIP) de 2010.** Disponível em: <<http://prpe.ufsc.br/files/2010/03/pip-2010-contemplados-2a-fase.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2010a.

PRPE. **Indicadores de Extensão.** Disponível em: <<http://prpe.ufsc.br/files/2009/11/IndicadoresExtensao.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2010.

PRPE. **Relatório de Gestão.** 2009. Disponível em <<http://prpe.ufsc.br/files/2009/09/Relatorio-PRPE-2009.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2010.

RIBEIRO, M. **Educação Social.** Campinas: Unicamp, 2006.

RISTOFF, D. A Universidade Brasileira Contemporânea: Tendências e Perspectivas. In: MOROSINI, M. (org.). **A Universidade no Brasil: conceitos e modelos.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Cap. 1, p. 37-52.

TRIVIÑOS, A.N. S. **Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

UFSC. **Câmara de Extensão – CEx.** Disponível em: <<http://cex.orgaosdeliberativos.ufsc.br/>>. Acesso em: 17 set. 2013.

UFSC. **Regimento Geral.** In: UFSC. **Relatório de Gestão.** Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://www.pip.ufsc.br/arquivos/RELATORIO_GESTAO_2009.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2010.

UFSC. **Resolução Normativa N.º 03/CUn/09.** Disponível em: <<http://prpe.ufsc.br/files/2009/06/003CUn2009Extensao.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2010.

UFSC. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – PROPLAN. **UFSC em Números: 2007 a 2011.** Disponível em: <<http://seplan.paginas.ufsc.br/files/2012/10/PROPLAN.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2013.

WANDERLEY, L. E. W. Universidades e sociedades: consensos e dissensos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v.26, n.81, p. 156-177, mar. 2005.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia da Pesquisa.** Florianópolis: SeaD/UFSC, 2006.